

A EXISTÊNCIA ROÍDA: O TRABALHO COMO NEGA- TIVIDADE EM *OS RATOS*, DE DYONELIO MACHADO

*The Spirited Experience: the work as Negativity in "Os ratos",
by Dyonelio Machado*

Fábio Henrique Passoni Martins
Universidade de São Paulo – USP
prof.passoni@gmail.com

Resumo

O presente artigo pretende fazer uma leitura de *Os ratos*, romance de Dyonelio Machado, fazendo notar que para amplas frações de classe da sociedade brasileira o trabalho não somente deixa de ser fator gerador de riqueza, como também é falso em sua ética e objetualiza a pessoa do trabalhador. Desse modo, a obra flagra em sua configuração formal a contradição enraizada na formação social brasileira exatamente em momento em que o governo saído da Revolução de 1930 se propõe a regulamentar as relações de trabalho em uma economia que ainda convive com herança da escravidão, marcando não somente aqueles que descendem diretamente do grupo escravizado, o negro, como também outros grupos que, não pela cor da pele, mas pela pobreza e também por uma falsa ética de outras relações para além das de trabalho, vivem de transitar nesse amplo intervalo cinzento entre da zona perversa entre ordem e desordem, normalizada em nossa sociedade. Embora se filie a uma vertente de romances a qual se convencionou chamar de romance social, essa zona cinzenta somada à forma como se constitui esse narrador eleva o teor crítico do romance entre aqueles que por serem romances sociais já trazem na sua base a crítica.

Palavras-chave: Romance de 30. Dyonelio Machado. Forma e processo social.

Abstract

This article intends to make a reading of Dyonelio Machado's *Os ratos*, noting that for large fractions of Brazilian society, work not only ceases to be a factor generating wealth, but is also false in its ethics and objetualizes the person of the worker. In this way, the work finds in its formal configuration the contradiction rooted in the Brazilian social formation precisely at a time when the government that emerged from the 1930 Revolution proposes to regulate labor relations in an economy that still lives with an inheritance of slavery, only those who descend directly from the enslaved group, the Negro, as well as other groups that, not by color of skin, but by poverty and also by a false ethics of relations other than work, live to transit in this wide gray interval between of the perverse zone between order and disorder, normalized in our society. Although it belongs to a strand of novels whi

ch is conventionally called a social novel, this gray area added to the form of this narrator raises the critical content of the novel among those who are social novels already bring criticism.

Keywords: Brazilian Romance of 30. Dyonelio Machado. Form and social process.

Introdução

Os ratos (1935) é o primeiro e o mais conhecido dos onze romances publicados Dyonelio Machado que em literatura antes apenas havia editado às expensas de si mesmo os contos de *Um pobre homem*, em 1927. A estreia em romance veio a público como parte da intrincada premiação do Concurso Literário Machado de Assis, comemorativo de dez anos de fundação da Companhia Editora Nacional, de São Paulo. Textos e artigos de outra natureza também já haviam sido editados, a exemplo de um volume contendo três ensaios sobre política, além de, em 1933, um estudo na área de medicina mental e, como tradutor, uma obra de divulgação da psicanálise do autor italiano Edoardo Weiss.

Depois disso, deu à prensa estudos de psiquiatria, outros romances subsequentes, e sempre com ativa participação na imprensa gaúcha de caráter engajado, vindo a constituir uma espécie de híbrido entre a carreira de homem de letras, articulista de política, médico psiquiatra por mais de 30 anos no Hospital Dom Pedro, em Porto Alegre, além da sua inserção em agremiações políticas ligando-se, primeiro, à Aliança Libertadora Nacional sendo presidente da seção gaúcha dessa ampla colisão de forças democráticas, razão pela qual ficara preso sem o devido processo legal por "delito de opinião" quase dois anos – quando *Os ratos* é publicado em dezembro de 1935, Dyonelio estava privado de sua liberdade – e, por fim, depois eleito deputado estadual pelo Partido Comunista na curta legislatura de 1946.

Esse conjunto de doze títulos literários de Dyonelio Machado vieram a público de maneira bastante irregular e descontínua. Inúmeros fatores contribuíram para isso, que acabaram resultando no seu desconhecimento por parte do público leitor, em contraste com a maior regularidade de publicação de outros escritores de sua geração como Jorge Amado, Erico Verissimo ou José Lins do Rego que, assim como ele, eram todos ficcionistas estreados naquele decênio de 1930, momento de massificação da leitura e de grande importância do gênero romance no Brasil.

Os ratos conta uma história que como diz o seu próprio autor, procura evidenciar o dramático no trivial. O trecho se passa no tempo de 24 horas, início de uma manhã e se finda à mesma hora da manhã do dia seguinte. Esse é o prazo de 24 horas em que funcionário público Naziazeno Barbosa, "um infeliz que se consome sem heroísmo, à procura de dinheiro com que pagar a conta do leite" (VELLINHO, Apud. PAES, 2008, p.51), luta para arranjar o dinheiro a fim de não ter assim interrompido o fornecimento do leite, entregue na sua porta toda manhã. Sai de casa bem mais cedo de que saía regularmente para a repartição, onde comparece ao início do expediente matinal apenas tentar cavar um empréstimo sem êxito com o seu diretor. Ao longo desse dia, o protagonista perambula pelo centro e bairro adjacente em Porto Alegre, onde mete-se nas casas de jogo de roleta e bicho, nos cafés, nos freges, nas casas de penhores. Volta quando já é noite para casa, levando consigo a soma do pagamento ao leiteiro, e uma ou outra coisa conseguida com o excedente: o calçado da mulher retido pelo sapateiro por falta de pagamento do conserto, uma peça pequena de manteiga e uma outra de queijo holandês, além de dois leõezinhos de borracha para o filho, de quatro anos.

Depois de jantar os nhoques com carne do almoço requentados, tomar seu copo de vinho, vai para a cama não sem antes deixar sob a vasilha onde o leiteiro lhe despejaria o leite a soma cuidadosamente separada dos cinquenta e três mil réis (o valor de quase o seu ordenado mensal na repartição). Mas num lance de trabalho radical sobre a estrutura romanesca, Dyonelio Machado sobrepõe um desfecho a outro desfecho o martírio de Naziazeno prossegue não o deixando dormir: o protagonista revive o trágico da inadimplência em uma experiência de semi-vigília delirante na qual, sem sair da cama, no escuro do seu quarto, "vê" e "ouve" que agitados ratos reduzem "retalhozinhos verdes" todas as cédulas do dinheiro posto sob o vasilhame na onde o leiteiro deveria diariamente despejar-lhe o alimento ora ameaçado de suspensão (como já foram suspensos o gelo, a manteiga). Somente quando é a mesma hora da manhã em que se iniciou o trecho, situadas nas últimas de *Os ratos*, Naziazeno finalmente pode dormir e o sono sentido desde a primeira hora dessas vinte e quatro, quando no bonde que o levou ao centro de Porto Alegre (espaço onde perambula o protagonista atrás de dinheiro). O desencadeador do sono (e interruptor do pesadelo da inadimplência) é o som cantante do leite despejado no vasilhame sobre mesa do comedouro, seguido dos movimentos

do leiteiro alcançar de volta a calçada, fechando o portãozinho de frente pra rua e consigo o círculo das vinte e quatro horas do entrecho.

Levando-se em conta o material histórico que lastreia o romance, a leitura que fazemos situa-se em chave teórica que articula forma literária e processo social, revelando a maneira como, na fatura de *Os ratos*, configura-se literariamente muito da especificidade desse momento sociopolítico brasileiro, de modo a captar com sutileza e maestria não somente a carência material do seu protagonista – um modesto funcionário público pressionado a para saldar a dívida com o leiteiro, sob ameaça de corte e privação do alimento a uma criança de quatro anos, filho do protagonista – como também o esmagamento de um sujeito desprovido de maior perspectiva crítica em torno das relações de poder que confluem para a sua própria condição de mal assalariado.

Tal configuração literária pode ser percebida tanto no enfeixamento de temas que procedem das ações, caracterizações e fatos relacionados aos personagens, como também no próprio movimento que *Os ratos* perfaz, calcado sobre analogias da circularidade, que ao final vão desenhar o caminho de conservação das vicissitudes histórico-sociais.

Em outra estratégia de figuração na narrativa, o autor procede ao emprego de signos em campo semântico em que estão presentes o diminuto, o miúdo, a pequena escala e a falta mesmo como maneira de se representar – com economia de linguagem característica dos bons autores do período, como Graciliano Ramos – o mundo baço e adelgado pela pobreza em que vive Naziazeno Barbosa. A fatura do romance também revela que o seu caráter modernista provém, em larga medida, do fato de que no auge do projeto com visada de caráter bastante ideológica do nosso Modernismo, *Os ratos* logrou conservar e atualizar de maneira esteticamente eficaz as conquistas do nosso Modernismo literário deflagrado em 1922 (LAFETÁ, 2000, p.18).

Os ratos relata uma ação em si mesma banal que, como declarou em diversas entrevistas o seu próprio autor, procura evidenciar o "dramático no trivial". No entrecho, há uma profusão objetos circulares criando uma espécie de desenho concêntrico no qual essas imagens menores se sobredeterminam representado por sua vez a sombra do círculo maior estrutural maior que emoldura a própria narrativa, o círculo temporal, uma vez que o entrecho se passa no intervalo de 24 horas, início de uma manhã e se finda à mesma hora da manhã do dia seguinte. Esses objetos e ações de forma circular acabam

por dar um caráter de “*mise en abyme*”, não no sentido tradicional das obras literárias assim classificadas quando uma trama está encaixada dentro da outra – tal como se passa com *As mil e uma noites*, ou mesmo o emprego frequente dessa técnica por Shakespeare em seus dramas – mas no sentido mesmo empregado em pintura, ou demais representações imagéticas, em que um quadro tem dentro de si uma imagem do próprio quadro. Murilo Marcondes de Moura em rápida recensão feita a respeito desses objetos das ações dos objetos redondos, circulares, curvos presentes no trecho dos quais extrai significados metafóricos encontra-se disseminada por todo o romance encontra a translação de 24 horas do tempo cronológico, o relógio, as moedas e níqueis, o trabalho repetitivo de Naziazeno, o *betting* (corrida de cavalos), o relógio, os rostos e caras, os olhos, o sol, a ronda pelos cafés e agiotas, a roda da roleta e as suas fichas associadas a bolachas, a volta dos jogadores em torno da mesa da roleta, o movimento de giro com que o garçom limpa a mesa do café, o cilindro do açucareiro, o pires, a bandeja, o anel, o crânio, o rolinho de dinheiro, o círculo de luz amarela do lampião (MOURA, 1999, p.95-98).

Do ponto de vista material, essa forma básica circular simboliza, ainda, de maneira de maneira concentrada, o sistema de circulação monetária (ciranda financeira) com o qual os personagens (os homens pobres) promovem o desenlace e resolução provisória do problema de Naziazeno, nesse dia modelar do seu drama pessoal que, entretanto, aponta para a conservação da precariedade da sua subsistência; essa também indissociável das condições de permanência do atraso sócio-histórico brasileiro, denunciadas não somente pelo *Os ratos*, mas pelo conjunto da produção romanesca da década de 1930.

E nesse processo conferir caráter circular ao enredo e ao tempo da narrativa, e trazê-lo em similitude nesses objetos, tem-se que há o tensionamento dos materiais históricos que lastreiam *Os ratos* situando-o de forma crítica na contemporaneidade social que o próprio romance formaliza. Também repontam dentro do romance o tema do trabalho e seus vínculos com a geração de riqueza, o que se pretende evidenciar no presente artigo.

Um olhar crítico livre das polarizações do período

O decênio de 1930 significou um tempo de grandes transformações no sentido de modernizar o conjunto da vida social brasileira. A crise da ordem oligárquica da República Velha, acompanhada da Revolução de 1930, traz para o melhor da produção literária e ensaística desse período de ânsia de conhecer, revelar e transformar o país. Em literatura e crítica literária aporta também a polarização ideológica entre forças de direita e de esquerda que vai se traduzir no emprego de diversos temas e diferentes técnicas de elaboração do romance. Ficam divididas não só a produção literária como também crítica e em duas vertentes atualmente referenciadas como romances de introspecção, como Otávio de Faria, Cornélio Pena, e de outro, romances empenhados ou sociais, tendo em Jorge Amado, Amando Fontes e Dyonelio Machado seus expoentes.

De saída faz-se necessário observar que essa divisão estanque tem suas limitações teórico-metodológicas apontadas por estudos mais recentes, que revelam a "ubiquidade do contexto social na gênese dos objetos artísticos, reforçando a máxima de que 'nada há na arte que não provenha do mundo'". Nesse sentido, "cabe à crítica desfazer o percurso que vai dos efeitos psicológicos às causas primeiras, em busca de uma espécie de texto ausente da História", ou ainda que intimista, cabe também à crítica "a tarefa de desentranhar o caráter social da forma." (RUFINONI, 2010, p. 9-10)

O chamado romance de 30 – designação aplicada à produção ficcional que se estende de *A bagaceira*, publicada, em 1928, por José Américo de Almeida, até, aproximadamente, 1946, data do aparecimento das novelas de *Sagarana*, com as quais estreia João Guimarães Rosa – tem o objetivo de apresentar ao leitor diversas regiões do país, como lembra Antonio Candido, numa tradição em que região ou interior não somente diz respeito ao sertão ou ao ermo, como inicialmente faria crer ao remontarmos ao iniciador dessa tradição, *Os sertões* de Euclides da Cunha (CANDIDO, 1973, p.130).

Nessas mesmas águas de nossa história passam oferecem matéria para a elaboração de um conjunto de reflexões que atingiria seus pontos mais altos nas obras de Gilberto Freyre (*Casa Grande & Senzala*, 1933) e Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*, 1936). A mestiçagem até então tratada como uma das chagas na formação do caráter nacional brasileiro, passava a ser valorizada em chave erudita na busca de convergência racial cordial. Além de Freyre e de Buarque de Holanda, também as obras de Caio Prado Jr. – entre as quais a de maior dimensão foi *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) como resultado madura reflexão cujas bases já foram lançadas nos anos de

1930, considerada marco nos estudos históricos entre nós – desvelava as bases materiais e sociais da colonização, a persistência de algumas constantes na vida da sociedade brasileira.

Dyonelio Machado, intelectual atento às questões de seu tempo, a exemplo de outros importantes autores modernistas, não ficou infenso à renovação de amplos setores da vida social brasileira desencadeada pela Revolução de Outubro de 1930, que guindou Getúlio Vargas ao poder, e, muito menos, manteve-se tanto na vida quanto na sua obra, inerme às contradições das promessas não cumpridas na superação do atraso das diversas assimetrias – assim como muito da produção de romance do decênio com alguma longevidade traz essa marca de literatura de cunho social (para isso basta ver o rol de obras do período que ainda vige nos programas escolares de estudo de literatura).

Os ratos põe em tela a vida de uma capital provinciana como Porto Alegre e um sistema geração e circulação de dinheiro representado não em moeda propriamente mas em títulos de crédito cartulares como cautelas de penhor, letras de câmbios ou, até mesmo, em expectativa de prêmio em jogos e apostas. Seja um ou outro caso, o fundamento não é o trabalho, o que não deixa de resultar uma ironia que desvela interstícios do dinamismo de uma economia que, a reboque do concerto da nações de primeiro mundo, estabelecia os marcos legais de atenção à classe trabalhadora um tanto tardia e anacronicamente, por um lado (o Brasil fora um dos últimos países coloniais a promulgar a sua CLT, em 1943 tanto quanto o fora na abolição da escravidão da Era Moderna), por outro lado se ressentia sincronicamente das mesmas vagas da crise mundial originada pela Crise de 1929.

O trabalho em chave negativa

Embora *Os ratos* tenha já tenha sido enquadrado como um romance "proletário mesmo" (BUENO p.577), o que no seu movimento geral não deixa de ser verdade necessária elasticidade do conceito em consonância com a própria labilidade estruturante da sociedade brasileira figurada como tema e no movimento em circular em profusão presente nesse romance, o protagonista Naziazeno Barbosa foi bastante identificado com o tipo desfibrado de que nos falava Mario de Andrade em famoso ensaio sobre a geração de romancistas da década de 30 (ANDRADE Elegia de Abril), mas a tipificação talvez mais pertinente para análise do lugar social ocupado pelo protagonista de *Os ra-*

tos, foi a de que se trata um tipo que constitui certa linhagem na literatura brasileira, o "pobre-diabo" que se trata do "patético pequeno-burguês, quase sempre alistado nas hostes do funcionalismo público mais mal pago, vive à beira do naufrágio econômico que ameaça atirá-lo a todo instante à porta da fábrica ou ao desamparo da sarjeta, onde terá de abandonar os restos de seu orgulho de classe." (PAES, p.52-53). Há que levar em conta a especificidade do protagonista de *Os ratos*, dado que o mal constituição de sua subjetividade, afetada até mesmo por traços de neurose obsessiva, (CLEUSA PASSOS, 1989) a compressão é tamanha que é bem mesmo com o abandono dos restos de orgulho de classe pelo protagonista que se abre o primeiro capítulo do romance.

Como bem notou o crítico italiano Roberto Vecchi (VECCHI, p.112) *Os ratos* traz em seu enredo o trabalho como meramente de caráter acessório

O caráter acessório do trabalho ou de uma ética do trabalho em contraste com a aventureira tentativa do jogo de azar ou do bicho, a indefinição da esfera privada e pública na visão patrimonialista administrativa (simbolizada pelas relações na repartição de Naziazeno, a aura do bacharelismo fetichizada no anel de Alcides, o cunho no fundo 'cordial' que marca a relação entre Naziazeno e o leiteiro[...]"

Resta daí que o empenho garantidor da subsistência das personagens se inscreve fora dos limites do universo do trabalho formal, ou, quando muito, está no campo da subalternidade. Os trabalhadores – ou por contiguidade metonímica, o trabalho – aparecem representados em *Os ratos* em um domínio de extrema negatividade, seja a atividade desempenhada na repartição onde Naziazeno trabalha ou fora dela. De qualquer maneira, a primazia é concedida aos negócios, embora – seguindo a oscilação e a irregularidade dos meios de subsistência que atravessam o entrecho de *Os ratos* como figurações menos mediada da instabilidade da vida social brasileira que atingia contingentes enormes – negócio e trabalho sejam termos bastante reversíveis:

À medida que se aproxima do centro, vai encontrando caras graves, em indivíduos relativamente novos, bem vestidos, rápidos e preocupados. Fazem uma estranha ronda através dos bancos e estão simplesmente trabalhando – “negociando”. [...] O seu trabalho “rende”. Naziazeno os “vê” à tardinha, depois de chegarem à casa – essas casas novas, higiênicas, muito claras. A mulher é um ser delicado e lindo. Recosta-se no espaldar da cadeira onde “ele” está sentado. Um e outro sorriem para os filhos, corados e loiros nas suas roupinhas claras. (MACHADO, 2010, p.32)

Apesar do acerto na constatação de Vecchi, há que se insistir nesse ponto porque em *Os ratos* há muito mais do que apontar as contradições de uma normalização

das contradições que detratoras do trabalho. Mais do que isso, nesse romance, o trabalho sobre um rebaixamento e, muito frequentemente, através da degradação dos trabalhadores nas passagens em que ele comparece, principalmente na desvantagem do trabalho e no naufrágio de uma ética que o acompanha quando confrontado ao mundo dos negócios.

Trabalho *versus* negócios

No trecho de *Os ratos*, os âmbitos do trabalho e dos negócios permeiam-se com muita frequência. No entanto, no movimento geral do romance são termos excluídos, e ao trabalho, enquanto atividade humana geradora de meios de subsistência, é que são negados os méritos e as disposições favoráveis, revertendo mesmo as noções comuns de que seja compensador do ponto de vista econômico social ou mesmo como formação de identidade do sujeito. É atribuído o rótulo *negócios* ao que está fora das ocupações formais, e perfazem expedientes que se mostram explícita e reiteradamente correspondentes à usura, ao empréstimo e ao penhor – e às suas mais variadas garantias como o aval e os títulos que lhe são correlatos a exemplo, respectivamente, das “letras” e “cautelais” – ao agenciamento, à corretagem (intermediações de compra e venda), tocando também jogos de apostas como o *betting*, o jogo do bicho, o bolão e a roleta, e não deixando de fora um lance de corrupção envolvendo o dinheiro público na repartição em que Naziazeno trabalha. A todas essas ações se nomeiam “negócio”.

Na repartição onde Naziazeno Barbosa trabalha, o compromisso com a produtividade parece ser bem desvanecido: Horácio e Clementino, serventes de repartição que lançam mão das apostas em corridas de cavalo em cancha reta, têm tempo para entabular “conversas lentas, de coisas passadas, de passeios casos de cavalos, de sujeitos de outros lugares” A ociosidade de suas ocupações estão em plano de contiguidade à do protagonista:

O trabalho de Naziazeno é monótono: consiste em copiar num grande livro cheio de “grades” certos papéis, em forma de faturas. É preciso submetê-los a uma conferência, ver se as operações de cálculo estão certas. São “notas” de consumo de materiais. Há sempre multiplicações e adições a fazer. O serviço, porém, não exige pressa, não necessita estar em dia. – Naziazeno leva um atraso de uns bons dez meses. (MACHADO, 2010, p.11)

Conquanto se esteja aqui nos domínios da ineficiência serviço público, o que faz pensar em mais uma entre tantas chagas da organização do aparato institucional público brasileiro – tema que é também posto muito discretamente através passagens muito fugidias em *Os ratos* – interessa ver o quanto o valor moral do trabalho, no sentido mesmo de ocupação laboral inserida com os requisitos de produção ou reprodução da mais-valia, sofre uma espécie de adelgaçamento em função de ser friccionado contra o mundo que faz reproduzir o dinheiro.

Naziazeno revela alternar equivalência e diferença entre termos os termos “trabalho” e “negócio”, e o movimento do romance muitas vezes borra os limites entre um e outro, o que acaba por conferir um caráter exponencial à alienação de Naziazeno: em redor da roleta o trabalho é concentrado, nas atuações dos amigos Duque e Alcides também; no entanto, a maioria das situações em que o trabalho aparece, sua representação é sempre feita de modo aviltado.

E é mesmo na repartição onde Naziazeno trabalha, gestora das obras de reforma do cais, que a noção mais rudimentar de trabalho se perfaz como negatividade. Entre todas as figuras que comparecem no entrecho, os que parecem aplicar um *quantum* de energia equivalente ao desforço, físico neste caso, e se submetem a uma organização de tempo, regularidade da rotina, fixidez ao local de trabalho são os empregados braçais diretamente relacionados com a execução das obras.

O dia *terminou* ali. Os operários lá nas "obras" estão "largando" – cada qual com a sua latinha de comida. Vão disciplinarmente à guarita do seu Júlio, pra ser passada a revista. Todos aqueles homens podiam ser ladrões... O seu Júlio não acredita... nem desacredita: ele revista apenas. É uma obrigação que uns e outros têm... (MACHADO, 2010, p. 90)

O rebaixamento do trabalho e a objetualização da pessoa do trabalhador aqui se dá pelo recorte específico dos imperativos até certo ponto rotineiros e, não que a "revista" em si possa ser o fator de degradação, no entanto, essa é a única menção feita aos obreiros. Ou seja, a referência única feita aos obreiros em um domínio em que parecem ser os únicos a não gozarem do prestígio social nem da liberdade dos outros, dadas as características de trabalho seriado e coletivo exigido na construção civil, não põe ênfase no trabalho mas no aspecto sombra sobre a dignidade – ou a falta dela – da pessoa do trabalhador: "podiam ser ladrões". Às situações não de todo admiráveis do trabalho

em um momento histórico pontuado por reivindicações da regulamentação da atividade laboral em vários ramos de atividade econômica – o decreto que criou a Consolidação das Leis Trabalho seria assinado apenas em 1943 – junta-se uma disciplina que, no limite, estava ainda sem marcos legais que pudessem coibir excessos.

Em escala descendente, o trabalho conhece seu máximo aviltamento numa passagem muito breve no entrecho.

O amigo do protagonista – Alcides – pede a Naziazeno que vá até à casa de um certo Andrade representá-lo como cobrador da parte faltante de uma corretagem pela venda de um carro que lhe é devida. Lá chegando, Andrade não paga o resto da comissão e emprega a astúcia comum ao mundo dos negócios para enganar Naziazeno.

Andrade revela toda sua habilidade de artífice da falsificação de uma realidade; no caso, o ardil de encenar aquela desobrigação mentirosa. A passagem oferece uma espécie de síntese da precariedade de consciência de Naziazeno. Nela temos também o emprego eficaz da astúcia reinante nos negócios, aqui aplicada contra Naziazeno:

– O Alcides – O Kônrad – ...tem um compromisso inadiável...
compromisso de honra... e mandou recorrer ao sr.

[...]

– Recorrer a mim... Como? – Aparece-lhe na testa uma ruga de
incompreensão.

– Ele tem a receber do sr. o resto dum comissão... Cem mil-
réis... Duma venda dum automóvel.

– Não é bem assim. O Kônrad tem, de fato, a receber esse di-
nheiro. Resta saber se de mim... – Ele meio sorri e depois prossegue:

– Eu tinha combinado com o comprador – o subgerente do New
York Bank, não sei se conhece – tinha combinado que eu pagaria um
parte e ele outra parte dessa comissão. Efetivamente, assim que reali-
zamos a transação, satisfiz o meu compromisso com o Kônrad. Não
sei se outro fez o mesmo.

[...]

Andrade tem outro pequeno sorriso:

– Dívida com o Kônrad!... – E com a cara fechada outra vez: –
Não é vergonha ter as suas dívidas. (Naziazeno meio tem um sobres-
salto!...) Eu tenho muitas e até me orgulho com isso: é sinal de crédi-
to. Mas não: o que prometi ao seu amigo já lhe entreguei. – E depois
dum silêncio: – É exato que falamos ainda há pouco desses cem mil-
réis. Se não me engano mesmo, parece que lhe prometi ir me entender
com o Mister Ress. Mas não dou certeza... Não me lembro bem do ca-
so... (MACHADO, 2010, p. 56)

A conversa é capciosa, toda cheia de negaças, desvios, tergiversações, glosas, cortes, ambiguidade sempre com intencionalidade velada e maliciosa, características

dos negócios reinantes nesse universo. O aforismo cínico "– Não é vergonha ter as suas dívidas. [...] Eu tenho muitas e até me orgulho com isso: é sinal de crédito" embaraça Naziazeno porque a recorrência de suas dívidas, o eterno retorno no giro do compasso (para nos mantermos na analogia inicial notada, como foi dito, por Murilo Marcondes de Moura) dissimula os antagonismos vividos na sociedade e, principalmente no mundo dos negócios (sobre os quais a alienação de Naziazeno tem em uma passagem em que joga e perde o dinheiro emprestado para o almoço na roleta a sua expressão simbólica).

Vemos aqui uma das espécies de bom dolo constituinte – e reiterado – dos negócios que ao longo do romance e muitas vezes contíguo e sem demarcação à corrupção perpassa a variedade de negócios que de posto em situação. Mas se considerarmos que há lugar de dívida, ponto de vista marginal à ordem, mas totalmente basal no sistema de crédito informal que movimenta o capital fictício que esses homens operam, dívida é sinal de crédito para os que flutuam nesses negócios sobre os quais a demanda ética parece ser baixíssima, que se dependuram em novos credores para satisfação de débitos já vencidos. Homens fortes, decididos, de perfil empreendedor e muito aplicados aos seus negócios. Do choque entre as dívidas de Naziazeno e o aforismo de emprego cínico por Andrade, ocorre uma inversão de perspectiva, produzindo dolorosa ironia face à ruína iminente de Naziazeno.

Houve entre Alcides e Andrade a meação da comissão de corretagem, reforçando o caráter de rede em que relações de negócio que vão se sobredeterminando em termos de vínculos, de agentes que fazem a divisão de uma comissão, portando um fracionamento do bolo, implicando o revezamento em que, simultaneamente, são credores de uns e devedores de outros, uns e outros que por seu turno figuram como credores e devedores, numa série que, se for percorrida, dá várias voltas, verdadeiramente uma ciranda, sobre a qual Andrade emana sua cortina de fumaça, ampliando a alienação de Naziazeno que participa desse torvelinho em giros no qual a única coisa que percebe é sua própria ineficácia. Ao fim, um Naziazeno muito mal ajeitado a esse meio ("[...] ele [o Andrade] deixou a impressão de um sujeito solícito, prestadio.") (MACHADO, 2010, p.59) justifica-se para Alcides:

- O Andrade me embrulhou – responde-lhe Naziazeno.
- Tu fizeste algum desconto na dívida?
- Não: ele se recusou a pagar.

Naziazeno conta-lhe tudo. Mas não diz que esteve no Banco.
– Este sujeito é um canalha – diz Alcides com voz sombria – Amanhã vou ter uma explicação com ele. (MACHADO, 2010, p.94)

O ajuizamento de Alcides sobre o comportamento de Andrade deve ser tomado com bastante relatividade. Ser canalha nesse emaranhado de papéis alternados entre credor e devedor nessa rede de "negócios" em que o comportamento é marcado pela labilidade, pela finta, pela sujeição, pelo enxovalhamento do outro e pelo deixar-se enxovalhar pelo outro – numa reversibilidade sem fim – são condições constitutivas do *ethos* de quem figura nessa ciranda, nesse *métier*.

Mas é no momento em que Naziazeno recebe a incumbência de cobrador dos restos de comissão devidos a Alcides por Andrade que temos, além da flagrante oposição entre os dois universos, que ora se excluem mutuamente e ora se interseccionam, muito mais do que o trabalho representado como um acessório: está trabalho conhece o máximo de desqualificação.

Alcides prossegue:

– Ele [Andrade] ficou me devendo o resto de uma comissão... Cem mil-réis... Procure trazer nem que seja a metade. Ele vem me prometendo liquidar há muito tempo.

Naziazeno conserva-se silencioso. Ele [...] pensa no Andrade; vê a sua figura robusta, azafamada, decidida de patrão. Ela lembra o Gonçalves, o dono de uma engraxataria que existiu ali naquela praça. Era também assim. *Decidia-se* como um general, entre os engraxates. No fim do dia liquidava as contas dele, o aluguel das cadeiras. Fechava tudo, rasgava papéis, limpava a mesa. "– Pronto! Não *tenho* mais loteria, não *tenho* mais bicho, mais nada". – E vinha até a porta, agitando as mãos, sem casaco, a camisa limpa, com o ar mesmo de quem se desembaraçara de qualquer coisa verdadeiramente pesada. Num dos banquinhos, um engraxate (um negrinho de cara cínica) sujo e suarento, olhava pra palma da mão, pra os níqueis que lhe haviam restado. E tinha um comentário para o companheiro mais próximo – um comentário de moleque desconsolado... (MACHADO, 2010, p.51)

Se o trabalho de Naziazeno, para além de participar dessa inépcia global do personagem reforçando sua "imprestabilidade" mostrada na falta mesma de expediente, satiriza a importância social do trabalho fazendo um efeito risível, os outros degraus em que o valor do trabalho faz um movimento de descensão apontam para uma condição trágica do trabalho e do trabalhador livre e fazem respingar a perversidade do tripúdio sobre os extratos sociais nunca incorporados na nossa irrealizada uniformização social: o homem pobre, livre e negro ao qual se soma um agravante – trata-se não de um indi-

víduo adulto, mas de uma criança negra e pobre, para quem o cerco social é tão fechado que qualquer traço de indignação e muxoxo de protesto ali se encerram, junto com a destruição das provas da contravenção de Gonçalves.

A banca de Gonçalves sobrevive do comércio de serviços que não dependem do trabalho do menino, a banca de locação de cadeiras de engraxate não vai muito além de uma fachada. Trata-se, antes, de ocupá-lo ali o tempo necessário não para a produtividade do negócio – engraxar sapatos – mas o tempo necessário para dar àquele empreendimento a cara de um negócio. Gonçalves é sujeito que ganha a vida na ambivalência – como de resto, os homens de negócio do centro de Porto Alegre – que paira entre o patrão decidido e o contraventor.

Gonçalves explora o trabalho de locação aluguel da cadeira em sua banca de engraxates, que faz fachada à banca de jogo do bicho. É pouco provável também que Gonçalves seja um distribuidor autorizado de loteria federal oficial à época, tratando-se de atividade contígua ao bicho não institucionalizada, estando, mais uma vez, à margem.

A imagem do negrinho engraxate submetido ao Gonçalves é a própria imagem escarnecedora do trabalho, quase que pareando-o à escravidão. Notemos que a renda gerada pelo aluguel das cadeiras de engraxate não seja mesmo o objetivo do negócio desse patrão resoluto "como um general", esse cuida de extrair sem pejo a mais-valia de trabalhadores que ocupam no mundo do trabalho uma zona marginal de tão pouca visibilidade, que as políticas públicas formuladas pelo governo de Getúlio Vargas, o "pai dos pobres", sequer podiam alcançar como trabalhadores; quando muito, alcançariam a esses trabalhadores como pobres.

A figura do patrão, do gestor ou daqueles que detêm algum poder de mando – já vista na parceria espúria entre o diretor da repartição, o Dr. Romeiro, e um empreiteiro, o Dr. Ritz, como autores de um ato de corrupção no âmbito da vida institucional pública – aqui ganha contorno ainda mais virulento: lá é o crime ostensivo prestes a tornar-se escândalo nos jornais; aqui, há a anuência de toda a sociedade em conferir legitimidade à contravenção dos jogos de azar e, ainda mais, ao sequestro da própria palavra do negrinho.

O embotamento de Naziazeno não lhe permite enxergar a troca de sinal nos valores do trabalho, pois o negócio da "engraxataria" também revela o desconcerto entra-

nhado no coração dos padrões oblíquos da vida social no que tem de proteção ao jogo do bicho e ao locupletamento de uma sociedade inteira em torno da continuidade dos traços escravocratas, só a palavra desconsolada entre os que ocupam o mesmo degrau da hierarquia social. A "cara cínica" do negrinho funciona aqui como uma hipálage do cinismo de uma sociedade inteira.

Sabe-se que a escravidão na indústria do charque sulino trazia como traço uma desvinculação com a produtividade a despeito da necessidade de ocupar o tempo livre do escravo como uma justificativa para os capitais investidos na mão de obra escravista (CARDOSO, 1977) o que se tem aqui inclui esse caráter da herança escravocrata, e talvez seja ainda pior: é crime sobre crime, sobredeterminação das relações na quais o jogo da roleta se torna o emblema da permanência de traços estruturais do passado escravista no processo de construção de uma ética do trabalho e dos padrões de sociabilidade brasileira.

Uma herança perversa gerando um modo rebaixado de compreender o trabalho, sobretudo o trabalho manual, uma imagem depreciativa do negro que acaba por se estender aos demais trabalhadores, uma indiferença quanto às maiorias pobres em uma hierarquização social rígida, uma espécie de conservação de elementos característicos para o exercício do trabalho livre num momento de viragem modernizadora do capitalismo brasileiro nessa década de 1930.

A passagem representa exponencialmente a ironia amarga com que o tema do trabalho comparece em *Os ratos*. Já por ocasião da descrição do trabalho de Naziazeno vê-se a desimportância de sua função numa corporação pública. A condição do menino negro é mais servil que a do embotado Naziazeno. A voz do menino é socialmente abafada. Não se trata mais de um menino de primeira infância. Naziazeno talvez seja uma das dobras do homem pobre livre que debate em uma ordem que parece perfazer um tempo circular. O trabalho ainda parece ser encargo do cativo. Se é frequente que Naziazeno nessa situação de pressão beire a afasia, quanto a propor soluções ao seu problema (por exemplo, ao expor-se com um hieratismo postiço ante o diretor, ou propor recursos ínvios quando solicitados por Alcides, entre outros), a fala do menino negro se reduz ao trágico confinamento entre aqueles que estão historicamente situados nas franjas esgarçadas de um mal fiado tecido social.

O trabalho aqui figurado como uma condição de rebaixamento pleno não apenas pelo caráter braçal, não apenas pelas mãos sujas de graxa de um menino curvado sobre os pés de outros homens, tampouco pela insuficiência de ganho produzida na diferença entre o arrecadado e o aluguel da cadeira. A representação da condição chã do trabalho exercido por extratos não integrados à sociedade, nesse caso, é rebaixada porque simplesmente parece ser necessário apenas na medida em que sirva de aparência lícita ao negócio da contravenção.

De novo o processo eficaz e prestigioso de geração de riqueza ocorrendo fora da ordem institucionalizada e à margem da lei, em desvantagem ao universo do trabalho formal cuja a contrapartida da remuneração é insuficiente. Embora esse universo compareça num recorte muito específico – no âmbito de pequena escala da repartição pública onde se emprega Naziazeno – é também ele modelar da condição do trabalhador pobre nesse primeiro lustro dos anos de 1930 em razão, sobretudo, da contraprestação advinda do trabalho ser muito frequentemente rarefeita para uma massa de trabalhadores custear o essencial das necessidades. A pauperização empurra esses funcionários para os remédios do alongamento da jornada de trabalho tendo outras ocupações depois do serviço; ou para a azáfama e o desgaste físico, como os do contínuo Clementino, que vai e volta a pé de casa, distante da repartição, já que o destrancamento das portas fica sob seus cuidados.

A penúria dos baixos salários desses trabalhadores os faz homens atraídos pelas soluções improvisadas, flutuantes, presididas pelo acaso tal como o jogo do bicho, a roleta, as corridas de cavalo, o bolão, ou, na falta de oportunidade ou energia para uma jornada de trabalhos extras (“–Eu sei que há muitos homens que arranjam um *biscate* depois que largam o serviço’ – dissera-lhe uma vez a mulher. ‘ – Por que não consegues um pra ti?’”) (MACHADO, 2010, p.39), ou, ainda, na falta de diligência para “cavar”, recorrer ao “recurso amigo”, como procede Naziazeno, amparando-se na rede de dependências à qual chama “solidariedade” entre os homens e, assim, tornar “mais digno pedir, exibir uma pobreza honesta” (MACHADO, 2010, p.31), ainda que em contrapartida saiba que esse gesto de maior dignidade possa ser recebido como uma tunga por aqueles que lhe cedem dinheiro, concededores que são desse carrossel de dívidas em que Naziazeno se dependura.

Os amesquinhadados salários impõem aos trabalhadores pobres circulando por *Os ratos* desdobrarem-se em atividades diversas com o fim de contornar os apereios de uma condição material aviltante, cuja representação, às vezes, é do humilde mais rebaixado, como um dos serventes da repartição.

Além de Naziazeno, o grupo de personagens que têm um emprego – que no contexto d’*Os ratos* é um conceito contraposto ao de “negócios” – , como o tem seus colegas de repartição, ou, como o negrinho de cara cínica que alugava uma cadeira de engraxate ao Gonçalves no centro da cidade ou, ainda, o sujeito do bonde com cara de gente de fora da cidade que levava um vidro de leite para almoço, a gente do comércio etc., fazem notar um a amplitude do grupo para o qual a remuneração pelo trabalho é minguido, restando-lhes uma vida de apoucamento e precariedade demarcadora do lugar social de pobres.

O resultado é um efeito contrastivo bastante interessante entre o grupo dos personagens que executam os diversos expedientes compreendidos pelo *métier* (havendo divisões no interior desse grupo uma vez que os expedientes dos amigos e responsáveis pela obtenção da soma que salva a continuidade do fornecimento do leite, Duque e Alcides, têm menor poder de fogo do que os de negócios rentáveis do centro da cidade), e o outro universo social, em que as representações do trabalho e do trabalhador patenteiam as noções vilipendiadas projetadas pela escravidão e pela labilidade introjetada no tecido social.

O que está fora do trabalho a que é atribuído o rótulo *negócios* são expedientes que se mostram explícita e reiteradamente correspondentes à usura, ao empréstimo e ao penhor – e às suas mais variadas garantias como o aval e os títulos que lhe são correlatos a exemplo, respectivamente, das “letras” e “cautelas” – ao agenciamento, à corretagem (intermediações de compra e venda), tocando também apostas como o *betting*, o bolão e os jogos de azar, como o bicho e a roleta.

O falseamento resultante da alienação de Naziazeno em torno da dinâmica social na qual está imerso configura-se na estruturação do trecho de *Os ratos* através do recurso sofisticado no interior de um duplo desfecho na sua própria estrutura.

O primeiro desfecho estaria dado através da resolução do problema que acosou o protagonista ao longo de toda a narrativa. Obtida a soma através do reempenho do anel do amigo Alcides, esse dia pode ser dado como findo e o desenlace da trama por

realizado: extinto, pois, o *leitmotif*. Mas não, Naziazeno delira em semi-vigília a noite toda com ratos roendo a soma angustiosamente conquistada já ao final do dia. Esse duplo desfecho só amplifica as noções de recorrência das vicissitudes históricas que se haure dos muitos temas tocados, com maior ou menor extensão discursiva, dentro do romance. O trabalho é um desses temas entranhados no romance que se coloca como questão a ser submetida a problematização, dado que os processos de uniformização social e desenvolvimento econômico dos países que serviram de modelo às teorias políticas até mesmo antagônicas, como o liberalismo, os regimes totalitários de direita apartados ao nazi-fascismo e mesmo as orientações políticas de esquerda, não foram conhecidos no Brasil.

Considerações

Em competente estudo que Luís Bueno faz de *Os ratos*, ao lidar com a especificidade do narrador e das aspas e itálicos disseminados por todo o romance do ponto de vista de uma categoria crítica por ele formulado – a que o próprio Bueno nomeou "figuração do outro", chama atenção para a grande marca diferenciadora desse primeiro romance de Dyonélio Machado em relação aos demais romances sociais da época

Dyonélio Machado, por sua vez, construiu um figuração mais radical do outro do que pôde conseguir o mais [politicamente] empenhado dos autores proletários da década de 30 [...] Em primeiro lugar, pelo uso sistemático da introspecção, que permitiu uma figuração mais ampla do proletário [...] já que não é simplesmente uma alma de criança, pura em sua simplicidade, mas sim uma alma embotada. Em segundo lugar por abolir a simpatia superficial [...] e trabalhar com a diferença, com a distância entre a voz do intelectual, que constrói o discurso romanesco, e a voz do outro, a personagem figurada no romance. (BUENO, 2006, p.596)

É verdade que Dyonelio Machado não vitimiza; no conjunto não há culpados ou inocentes individuais (exceto, fique claro, o caso o escândalo de corrupção envolvendo o diretor da repartição em que trabalha). A labilidade de comportamento das personagens que poreja aqui e ali por todo *Os ratos* é dúctil demais para que sejam demarcadas posições tão rígidas.

E mais, o Dyonelio artista parece submeter à dúvida as próprias convicções do Dyonélio homem engajado na política e altamente participativo das questões do seu tempo já que a emancipação do proletariado nunca deixou de ser suas bandeiras atua-

ção. O romance, tanto quanto pode ser o espaço da arte, configura uma espécie de dúvida metódica quanto ao papel da classe operária enquanto baluarte da resistência tal qual sonhado no modelo revolucionário-democrático dentro da tradição interpretativa marxista em torno da Revolução Francesa.

Dyonelio Machado, como homem de esquerda política nos surpreende abrindo essa brecha no romance social dos anos 30, figurando com maior aptidão, talvez, como nenhum outro autor de literatura politicamente empenhada de sua década, o esmagamento de amplos extratos sociais sobre os quais, ao fim e ao cabo, ainda nos dias de hoje dói a marca do ferrete identificador daqueles que herdaram diretamente as feridas de uma sociedade que ainda insiste em prolongar os traços coloniais escravocratas, que insiste em uma ética do trabalho que é negada constantemente pelo rentismo, pelo financismo, pela usura, pela contravenção, pela corrupção, pelos "negócios" e expedientes operados à margem do institucionalizado, tolerância às formas mais nefastas de convívio. Tudo configurado através de procedimento de escrita que incorpora técnicas modernistas de constituição do narrador e hábil representação em forma circular como analogia da permanência de mazelas sociais constitutivas da sociedade brasileira, consolidam não somente a presença de *Os ratos* como um dos clássicos da literatura brasileira, tanto quanto conferem à temática desse romance dolorosa atualidade.

Referências

- BUENO, Luís. Dyonelio Machado. In: **Uma história do romance de 30**. São Paulo: Edusp/Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p. 577-596.
- CANDIDO, Antonio. A revolução de 1930 e a cultura. In: **A educação pela noite & outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989, pp.181-196.
- LAFETÁ, João Luiz. **1930: a crítica e o Modernismo**. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- CARDOSO, Fernando Henrique . **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. São Paulo: Difusão, 1977.
- MACHADO, Dyonelio. São Paulo: Planeta, 2010. *Os ratos* (posfácio de Davi Arrigucci Jr.)
- MOURA, Murilo M. de. O círculo das necessidades (apontamentos para uma leitura de *Os Ratos*. **Ficções**, n.03, 1999, p.94-107.

VELLINHO, Moysés. “Dyonélio Machado – do conto ao romance”. In: **Letras da Província**. Porto Alegre: Livraria do Globo.1944.

PAES, José Paulo. “O pobre-diabo no romance brasileiro”. In: **Armazém literário: ensaios**. Org. e apres. de Vilma Arêas. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.50-74.

PASSOS, Cleusa. A obsessão miúda em Os ratos de Dyonélio Machado. **Língua e literatura – revista dos Departamentos de Letras da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo**. São Paulo, ano XIV, v. 17, p. 123-142, 1989.

RUFINONI, Simone Rossinetti. **Favor e melancolia: estudo sobre "A menina morta", de Cornélio Penna**. São Paulo: Nankin, Edusp, 2010, p. 9-10.

VECCHI, Roberto. Ratos cordiais e raízes daninhas: formas da formação. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Leituras cruzadas: diálogos da história com a literatura**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

Fábio Henrique Passoni Martin

Possui graduação em Direito, pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Franca. Bacharelado e Licenciatura em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo. Atualmente é professor do ensino fundamental II e do ensino médio, nas áreas de interpretação e produção textual e de literatura brasileira e portuguesa. Mestrado em andamento na área de Literatura Brasileira pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo.

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4276441P4>

Artigo Recebido em Março de 2018.
Artigo aceito para publicação em Maio de 2018.